



ELA



PORTE
PAGO

ANO IV
JUNHO
N.º 61
1978
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palacio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

Vão realizar-se, no próximo dia 8 de Julho, as 4 Assembleias Gerais de Zona da Associação. Os associados vão ter oportunidade, na respectiva Assembleia Geral da sua zona, de se pronunciarem sobre um projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76 que o Ministério da Defesa Nacional submeteu recentemente à ADFA para ser emitido parecer. A Associação vai efectivamente emitir o seu parecer através da massa associativa.

Revestir-se-ão assim as assembleias gerais a realizar de especial importância para a vida associativa. Os sócios vão ter oportunidade de se pronunciar sobre o tipo de legislação que entendem deve ser publicada.

Antes de 25 de Abril de 1974, em pleno decurso da guerra colonial, também se legislava para os deficientes das Forças Armadas, mas com a notória diferença de que estes não tinham oportunidade de se pronunciar sobre a legislação a publicar.

E hoje os deficientes das Forças Armadas, os mais interessados na legislação a criar ou a alterar, só são ouvidos porque souberam organizar-se e criar a sua Associação. É através da ADFA que a sua voz se pode fazer ouvir. É a ADFA a melhor garantia de que os seus direitos serão conquistados e defendidos. Além disso, a ADFA é também já o símbolo da capacidade de organização dos deficientes portugueses, é o ponto de partida para uma luta mais geral pela conquista do lugar a que todos os deficientes têm direito na sociedade.

No próximo dia 8 de Julho os sócios da ADFA pronunciar-se-ão sobre o que deverão ser os seus direitos consignados em legislação própria, os direitos de todos aqueles que, incorporados nas Forças Armadas, Exército, Marinha ou Força Aérea, ficaram ou vierem a ficar com deficiências permanentes que provoquem uma consequente discriminação por parte da comunidade, com reflexos de ordem social, económica e psicológica.

Os deficientes das Forças Armadas têm a palavra para defenderem os interesses de todos quantos, por força dos riscos decorrentes da vida militar, ficaram ou venham a ficar deficientes.

DELEGAÇÕES DA ADFA EM ÉVORA E COIMBRA PROMOVERAM IMPORTANTES CONVÍVIOS DESPORTIVOS

Duas delegações da ADFA, Évora e Coimbra, realizaram, no dia 25 de Junho, importantes convívios desportivos. O convívio de Évora, que incluiu um concurso de pesca, jogos de futebol de salão e ainda um colóquio subordinado ao tema «O Deficiente em Portugal» surgiu, tal como sucedeu já no ano passado, integrado no programa da Feira de S. João, com o apoio da Câmara Municipal. O convívio realizado pela delegação de Coimbra constou, tal como no último ano, de um concurso de pesca no rio Mondego perto da Figueira da Foz.

Referimo-nos, de seguida a este dia especial vivido na Delegação de Évora, chamando a atenção para a notícia sobre o concurso de pesca em Coimbra que fazemos inserir noutra local deste número.

A PESCA

Na barragem de Moura, a poucos quilómetros de Évora, realizou-se o concurso de pesca desportiva.

O concurso ultrapassou todas as expectativas da organização, que teve que encerrar as inscrições antes do prazo limite, pois a afluência de adeptos da modalidade foi de tal ordem que uma barragem se tornava insuficiente.

Este é um ponto que convém salientar, e não será descabido darmos os parabéns à organização, pois pode perfeitamente congratular-se com o êxito alcançado.

Apesar das inscrições terem terminado antes do prazo previsto, por excesso de participantes, a barragem de Moura foi pequena para acolher a enorme quantidade de pescadores que tentavam a sorte.



O FUTEBOL

A meio da manhã iniciaram-se os encontros de futebol de salão entre quatro

equipas, três das quais compostas por deficientes.

Os jogos continuaram à tarde.

Mas que interessam os resultados? Interessou, isso sim, que houve deficientes que jogaram à bola contra não deficientes, num ambiente de cordialidade, de desporto na verdadeira acepção da palavra.

Os golos? Esses pouco importaram. Como se poderiam considerar os golos de suma importância quando numa das balizas estava um amputado dum membro inferior?

Como poderiam ter tanto peso os golos quando um amputado dum membro superior jogava a meio-campo?

Golos houve e com furtura. Também houve uma equipa em primeiro lugar e outra em último, mas o verdadeiro campeão, ou melhor, os verdadeiros campeões, foram os participantes, foi o desporto e foi a «lição» que os deficientes deram. Ao praticarem desporto estão mostrando ao mundo que o deficiente não é um inútil, um farrapo que apenas

sirva para a compaixão da sociedade.

Vamos então à classificação e aos golos das quatro equipas participantes: Quartel-General (Évora), ADFA de Viseu, Lisboa e Évora.

Q. G., 13-Évora, 1
Lisboa, 4-Viseu, 2
Évora, 7-Lisboa, 1
Q. G., 6-Viseu, 2

A classificação ficou pois ordenada da seguinte maneira:

1.º Quartel-General (Évora)
2.º ADFA (Viseu)
3.º ADFA (Évora)
4.º ADFA (Lisboa)

CAMPEÕES:

— A correcção entre as equipas;
— O desporto como elemento de reintegração;
— O convívio.

As equipas alinharam com os seguintes elementos:

Quartel-General (Évora) — Aleixo, Estriga, Peralta, Paixão, Bento, Cascalheira, Branco e Matos.

ADFA (Viseu) — Acácio, Felgar, Clemente, Gualter, João Pereira e Pinto.

ADFA (Évora) — Monginho, Branco, Plácido, Frade, Batalha, Pinheiro, Pechincha e Serrano.

ADFA (Lisboa) — Meira, Noivo, Marinho, João Domingos e Vicente.

O ALMOÇO

No final da pescaria e do futebol houve um almoço na barragem.

(Continua na 10.ª pág.)

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ZONA CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art.º 31 dos Estatutos, o Secretariado Nacional deliberou, em reunião extraordinária de 17 de Junho, convocar as Assembleias Gerais de Zona, a realizar nas sedes de Zona no próximo dia 8 de Julho, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Análise do projecto de alteração do decreto-lei n.º 43/76..

HORA E LOCAL DAS ASSEMBLEIAS

PORTO — Às 14.30 horas no Liceu Rodrigues de Freitas (Praça Pedro Nunes — junto ao Hospital Militar)..

VISEU — Às 10 horas na sede da delegação (Rua José Branquinho — Quartel dos Bombeiros Voluntários).

LISBOA — Às 15 horas no Lar Militar (Av. Rainha D. Amélia — Lumiar).

ÉVORA — Às 15 horas na sede da delegação (Rua de Machede — Edifício do DRM).

A Mesa da Assembleia Geral Nacional

CAMPANHA DE ASSINATURAS



« COLABORA »

Qualquer jornal traduz o pensamento, o objectivo de um grupo de homens. São esses homens que passam longas horas escrevendo para deleite ou reflexão dos seus amigos — os leitores.

As pessoas que habitualmente compram uma determinada publicação, fazem-no porque comungam dos ideais daqueles que a fazem. E quando detectam qualquer afastamento à linha habitual criticam e enviam as suas sugestões.

À parte, existe um circuito comercial publicitário que leva essa publicação ao conhecimento das pessoas. E, na nossa sociedade de consumo, a publicidade tem forte impacto.

Mas isso custa dinheiro. Dinheiro de que nós «ELO» não podemos dispôr, porque não o temos. A nossa publicidade é feita pelos nossos leitores.

Ser assinante do «ELO» significa comungar dos ideais que traduzem um apoio à luta que os deficientes das Forças Armadas e deficientes em geral travam com vista ao fim da marginalização de que são alvo por parte duma sociedade (parte) que teima em não se libertar de ideias caducas.

O «ELO» conta com muitos e sinceros amigos, mas por falta de uma maior divulgação os nossos assinantes não são tantos quantos gostaríamos que fossem.

Nesse sentido vamos desenvolver uma campanha intensiva de divulgação e assinaturas para o «ELO». Evidentemente que o canal publicitário será constituído pelos amigos do «ELO».

É indispensável dizermos que esta é a primeira publicação nacional no seu género. Desde Novembro de 1974, data do primeiro número do «ELO», até esta data, nunca o «ELO» defraudou quantos nele apostaram.

Por isso amigos. mãos à obra. O vosso gosto pelo nosso jornal será o «leit-motiv» para a angariação de novos assinantes que, para nós, tem um significado muito especial, o de ganharmos novos aderentes para a nossa causa.

O «ELO» conta com todos os seus amigos para a expansão que deseja e merece. Sabemos que desta iniciativa vai receber o melhor apoio e carinho de todos e os resultados em breve serão visíveis.

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO A CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTA CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E POR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR. PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTA-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

A UM SOLDADO MORTO
NA GUINÉ, EM 1967,
DURANTE A GUERRA
COLONIAL

TOMBAR...

LÁ LONGE

Conheci-te cavando na horta
medindo a tua força na enxada
robusto, sempre alegre, eras
na aldeia o espelho,
da nossa bela rapaziada.
Mas um dia, de surpresa partistes
família, pais, irmãos e camaradas
aqueles que te deram as últimas
[palmadas
ficaram pensativos e tristes.

Estes todos que te desejaram sorte,
brevemente tiveram por notícia a morte,
daquele com quem na escola andaram,
daquele com quem no campo
[trabalharam,
daquele com quem nas folias
[acompanharam,
e por aquele tanto, tanto choraram.
Na terra onde nunca cavaste
a que, com teu suor nunca regaste,
aquela onde nunca ninguém maltrataste
foi afinal a terra onde, de vez,
[tombaste.

Feito em nada, à terra te trouxeram,
ali te esperavam os que adeus disseram,
mais que os raios de sol, abrasavam
os corações de todos que te esperavam.
Cerrados os punhos deste povo eu vi,
que mais gritava por justiça, que por ti.
Para que o sol um dia brilhasse
foi preciso que a negra nuvem se tirasse,
afastada a horrível negrura,
aberto estava o caminho da aventura.
A perda da tua vida, e de tantos mil
deram aso à madrugada de Abril.
Essa manhã disse não, e não
deixeis mais a lavrada terra,
para que sem razão, sem razão,
fosseis tombar, na injusta guerra.

ARMÉNIO V. D. TRAITOLAS



ANO INTERNACIONAL CONTRA O APARTHEID

Tinhas a pele negra
e os dentes muito brancos,
mas querias ser gente
e que os teus filhos fossem
homens e mulheres livres!

Trazias na alma o grito recalcado
da escravidão de séculos...

Eras o mineiro de Alexandra
o estudo de Soweto,
o negro da Namíbia
Mataram-te!

Que importa camarada,
as balas que te vitimaram?
não farão vergar
a luta do teu povo
pela libertação.

Com a solidariedade activa das amigas
Alda e Cecília

28-3-78

PODERÁS SER MEU AMIGO?

Poderás ser meu amigo?

Há tantas razões, para que jamais o sejas!...

Umás vezes, estou de mau humor; outras, sou tímido e deveras susceptível.

Os meus receios manifestam-se impetuosos, sob a forma de ira; dar é, para mim,
algo de que não gosto.

Falo de mim, quando sinto medo.

E muitas vezes, passo todo um dia, sem nada dizer!...

Mas eu farei com que rias; vou amar-te bastante

E amparar-te, quando estiveres triste.

Eu choro um pouco, quase todos os dias,

Porque sou mais afectivo, do que aquilo que os estranhos jamais imaginaram

E quando, por vezes, eu deixo que se revele o meu lado bom

(O lado generoso e mais ardente do meu coração).

Eu pergunto ansioso: —

Poderás ser meu amigo?...

Um amigo

Que, muito para além da fragilidade de votos ou promessas,

Queira atingir o lugar secreto, onde Eu sou, verdadeiramente, Eu,

Para conhecer a dor de lábios que suplicam e de olhos que choram.

Um amigo que não desviará seus passos, quando me vir, na rua,

Só e frustrado, pelo meu quinhão de derrotas,

Mas que, ao contrário, parará e ficará junto de mim, para me falar de um outro dia...

Em que eu era belo!...

Poderás ser meu amigo?

Há tantas razões, para que jamais o sejas!...

Eu estou, com frequência, demasiadamente sério e é raro poder adivinhar-se, quando
sou o mesmo...

De vez em quando, frio e ausente, estarei, certamente, em constante mutação.

Eu vocífero e sou gabarola, procurando despertar a atenção, como uma criança.

Sou propenso a cismar e a ficar amuado; a minha cólera pode ser violenta,

Mas farei com que rias;

Amar-te-ei muito.

E estarei perto de ti, quando sentires medo.

Quase todos os dias, eu tremo um pouco,

Porque estou mais assustado, do que o que estranhos jamais poderiam calcular.

E se, por vezes, revelo o meu lado fraco

(Aquele parte do meu ser que tento ocultar, dominada pela inquietação e pelo medo),

Eu anseio por saber: —

Serás capaz de ser meu amigo?...

Um amigo

Que, quando eu receio a tua proximidade, sente que quero afastar-me

Mas fica, teimosamente, para partilhar, comigo, aquilo que ainda resta daquele dia...

Um amigo

Que, quando ninguém já sabe o meu nome e já ninguém me chama ao telefone;

Que, quando não mais desperta interesse aquilo que fiz ou deixei de fazer;

Que, quando aqueles a quem ajudei e que contaram comigo, desapareceram lesto,

um a um;

Que, quando nada mais resta, senão eu, despido de encanto e graça,

Ficará, mau grado tudo!...

Poderás ser meu amigo,

Por nenhuma razão que eu conheça, .

A não ser porque eu tanto anseio que o sejas !...

(Tradução livre de RAMIRO P. CORREIA de um poema
de autor desconhecido)

1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS

Realizou-se no passado dia 27 de Maio a 1.ª Conferência Nacional dos Reformados Pensionistas e Idosos.

Nas colunas do nosso «Elo» temos abordado várias vezes o problema latente dos reformados. A situação de marginalização a que estão sujeitas milhares de pessoas que, após passarem anos e anos criando riquezas, se vêem na miséria, não pode continuar no Portugal de Abril.

A luta dos reformados de hoje é a vanguarda dos futuros reformados.

Por todos os motivos e mais este, é que é dever de todo o trabalhador acompanhar e apoiar a luta dos reformados que, mais não querem que viver o resto das suas vidas em condições dignas.

Não deixa de ser confrangedor que uma pessoa após, 30, 40 ou mais anos de trabalho, aumentando, indiscutivelmente, a riqueza nacional, no período em que o seu corpo cansado e doente mais necessite de bem-estar, seja obrigado a ser uma «carga» para os seus entes, ou então se veja obrigado a «depositar-se» num albergue cujas condições de promiscuidade foram recentemente denunciadas pelo ministro António Arnaut.

É certo que após o 25 de Abril foram dados passos significativos no campo dos benefícios, só que esses passos são curtíssimos, e com o agravamento do custo de vida as condições em que os reformados vivem vão-se deteriorando.

Por nos parecer de extrema importância transcrevemos integralmente o caderno reivindicativo aprovado na 1. Conferência Nacional efectuada no Pavilhão da Académica da Amadora:

1 — Os Reformados Pensionistas e Idosos exigem que o esquema de benefícios seja fixado, tendo em conta os seus legítimos anseios e sempre com a participação efectiva das suas organizações representativas, na elaboração das Leis e diplomas relativos ao seus direitos e interesses, nomeadamente:

1.1. — O restabelecimento do princípio da pensão mínima, conquistada do 25 de Abril, e a sua regular actualização de acordo com o aumento do custo de vida, através de negociação com as suas organizações representativas;

1.2. — A revogação da Portaria 94/77;

1.3. — A rápida redefinição do sistema do cálculo das pensões que tenha em conta a função social a que se destina e

que elimine as injustiças herdadas do fascismo;

1.4. — A progressiva eliminação dos Regimes Especiais, através da sua integração no Regime Geral, quer quanto aos benefícios, quer ao nível das pensões;

1.5. — Que as pensões mínimas do Regime Geral sejam estabelecidas em função do aumento do custo de vida, verificada desde Julho de 1975;

1.6. — Que a actualização do valor das pensões acompanhe sempre o agravamento do custo de vida e que o critério a utilizar beneficie preferencialmente os mais necessitados, isto é, segundo o princípio de que todos os aumentos sejam inversamente proporcionais ao

seu montante, assegurando-se todavia um aumento mínimo, uniforme, independentemente do valor do quantitativo da pensão;

1.7. — Que o abono de família e as prestações complementares (como é o caso dos reformados que têm a cargo as suas mulheres) tenham em conta a situação económica dos agregados familiares e que uma nova regulamentação do abono de família para ascendentes, ou, sua substituição por outros esquemas, não venha agravar a já difícil situação económica dos trabalhadores;

1.8. — A rápida melhoria dos trabalhadores rurais e das

A ADFA fez-se representar nesta 1.ª Conferência Nacional dos Reformados Pensionistas e Idosos através de três representantes que apresentaram aos delegados presentes uma moção da ADFA de congratulação pela realização da conferência e de apoio à luta dos reformados pela criação de condições para uma vida mais digna.

domésticas, no respeito integral pelas suas reivindicações;

1.9. — A adopção de medidas eficazes para a redução do tempo de demora na atribuição das pensões e início do seu pagamento, tendo em conta que aguardam deferimento mais de 50 000 processos de invalidez e 20 000 de velhice;

1.10. — A actualização da pensão social e a sua rápida extensão a cerca de uma centena de milhares de beneficiários que aguardam deferimentos dos seus processos;

1.11. — Exigem medidas concretas quanto ao pagamento das dívidas à Previdência que, ultrapassam já os 18 milhões de contos. Que o Instituto de Gestão Financeira tome medidas que assegurem com regularidade e a tempo de modo a que a Caixa Nacional de Pensões pague pontualmente todas as pensões que são devidas aos reformados.

2 — Os Reformados, Pensionistas e Idosos, exigem o respeito absoluto e o cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, bem como do projecto de transformação económica, social e política no caminho do socialismo que ela consagra, nomeadamente:

2.1. — A criação urgente de um sistema unificado e descentralizado de Segurança Social, que corresponda aos interesses do povo português e do País e em cuja concretização participem os legítimos representantes dos trabalhadores do activo e do passivo;

2.2. — A garantia da participação de representantes dos trabalhadores no activo e no passivo nos órgãos de decisão (direcção e gestão) em todas as Instituições e Organismos de Segurança Social actuais ou a criar;

2.3. — A revogação do Decreto-Lei 549/77.

2.4. — A criação urgente de um Serviço Nacional de Saúde, que preste serviços de qualidade e gratuitos a toda a população, tanto na prevenção como na cura e recuperação dos doentes e inválidos, e que acabe com a anarquia reinante neste importante sector da vida nacional. O Serviço Nacio-



A luta dos reformados diz respeito a todos os portugueses

Clínicos e de Enfermagem especializados para idosos que garantam o internamento hospitalar sempre que necessário, bem como Serviços de Recuperação e tratamentos termais;

2.5. — A rápida concretização do direito de antena na R. T. P. e R. D. P., quer no que respeita aos trabalhadores do activo através do Fovimento Sindical quer aos trabalhadores do passivo através do MURPI.

3 — Os Reformados, Pensionistas e Idosos, exigem a tomada de medidas que garantam a melhoria das suas condições sociais, de vida e de convívio nomeadamente:

3.1. — A execução de uma verdadeira política de Habitação Social, que tenha em consideração, para atribuição de casas e fixação de rendas, a sua baixa capacidade económica;

3.2. — A publicação de le-

gislação que ponha cobro a todas as acções de despejo que tenham como base insuficiências de rendimentos dos agregados familiares caso dos Reformados, Pensionistas e Idosos;

3.3. — A cobertura territorial de equipamentos sociais, com a criação de Centros de Dia a nível local, onde possam realizar iniciativas que acabem com a marginalização a que têm estado votados, através da ocupação dos tempos livres (actividades culturais, recreativas, etc.) e a sua realização pessoal através de uma participação activa na vida da comunidade;

3.4. — A gestão democrática dos Centros de Dia de carácter oficial com a participação das suas organizações representativas bem como a publicação de legislação que permita uma fiscalização rigorosa às condições de funcionamento dos Lares de carácter lucrativo actualmente existentes

3.5. — A imediata correcção do esquema de «Passes Sociais» para os transportes colectivos de forma a garantirem-se descontos efectivos nos transportes urbanos, de médio e longo curso, sem mínimo de idade e limitações de quilómetros ou horários de utilização.

4 — Os Reformados, Pensionistas e Idosos, conscientes que a sua luta é parte integrante da luta dos trabalhadores e do povo português em geral, na defesa das Conquistas da Revolução nomeadamente a Reforma Agrária, as Nacionalizações, o Controlo Operário e as Liberdades exigem:

4.1. — A tomada de medidas que ponham cobro e reprimam exemplarmente as actividades de organizações fascistas e fascizantes

4.2. — A revogação de toda a legislação anti-operária e contrária à Constituição que ponha em causa a defesa e consolidação da Reforma Agrária, das Nacionalizações e do Controlo Operário;

4.3. — A publicação de legislação que ponha cobro à actividade especulativa dos grandes intermediários e que introduza as necessárias e urgentes correcções nas normas que regulam a fixação dos preços dos géneros essenciais, de forma a que seja estabelecido forte e efectiva fiscalização dos preços e eliminado o critério de análise de aumentos à posteriori.

Os Reformados e Idosos, conscientes da força e da razão que lhes assiste tudo farão para reforçar a sua unidade e organização, de forma a conseguirem que os responsáveis do País atendam às suas reivindicações e direitos e, lado a lado com os outros trabalhadores, não pouparão esforços para consolidar a Democracia certos de que só o Portugal de Abril respeitará o Outono da vida.

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

PARA QUANDO O SEU FUNCIONAMENTO PLENO?

O Secretariado Nacional de Reabilitação, organismo fundamental no processo de reabilitação dos deficientes, como coordenador das acções conducentes à sua integração social, não se encontra ainda a funcionar plenamente.

Uma vez nomeado o Secretário Nacional, deveria, de imediato, ter sido constituído o Conselho Nacional, órgão deliberativo fundamental do secretariado, composto por delegados de vários ministérios e delegados da ADFA e da APD.

O Secretário Nacional foi nomeado em 28 de Novembro do ano passado e, passados 7 meses, o Conselho Nacional de Reabilitação ainda não está constituído.

Sabemos, entretanto, que alguns ministérios nomearam já os seus delegados. O ministro da Defesa Nacional nomeou já o seu representante no Conselho Nacional, tendo a sua escolha recaído num oficial que é deficiente das Forças Armadas. Aproveitamos aqui para nos congratularmos com esta nomeação.

A ADFA, por seu lado, indicou já, a solicitação do Secretário Nacional de Reabilitação, o nome do seu delegado.

A criação do Secretariado Nacional de Reabilitação constituiu, como já diversas vezes tivemos oportunidade de afirmar, uma conquista dos deficientes. Mas essa conquista, para já, é meramente teórica, já que os resultados ainda não são visíveis.

A morosidade deste processo não pode deixar de ser preocupante para os deficientes. São conhecidas as dificuldades com que se debatem os responsáveis pelo arranque do Secretariado, mas o já longo tempo que se vai arrastando anula a justificação dessas dificuldades. Para quem depositou todas as esperanças neste organismo, esta demora está a tornar-se decepcionante.

Para além das dificuldades que é necessário vencer, esperemos que os responsáveis saibam exigir do Governo os meios necessários para que deixe de se dar razão a quem afirma que a situação dos deficientes neste País continua a ser um problema adiado, apesar das bonitas palavras que os governos fazem constar nos seus programas.

Só o Portugal de Abril, respeitará o outono da vida

PRECISA-SE ESCRITURÁRIOS

Os sócios interessados devem dirigir-se à delegação de Évora até ao próximo dia 15 de Julho.

LAR MILITAR COMEMOROU 7.º ANIVERSÁRIO

O Lar Militar comemorou no passado dia 17 de Junho a passagem do 7.º aniversário da sua fundação, com um programa em que se incluíram diversas realizações desportivas, um jantar convívio e uma festa convívio.

A iniciativa partiu da comissão de residentes,

que coordenou a realização das várias actividades. A A.D.F.A. colaborou com a comissão de residentes, nomeadamente no contacto de artistas para participarem nesta festa. Pena foi que a comissão de residentes tivesse recorrido à Associação já bastante tarde, pois que, apesar de todo

o empenho posto nesta colaboração, só foi possível mobilizar dois artistas (José Amoedo e Esmeralda Amoedo), já que todos os outros contactados, e foram muitos, quase todos os que participaram na festa de aniversário da A.D.F.A., se encontravam já comprometidos com outras realizações, o que é fácil de compreender, pois que nos encontramos na altura das festas populares em Lisboa.

Durante a manhã e tarde realizaram-se várias actividades desportivas, em que participaram equipas de deficientes das Forças Armadas, sobretudo de residentes no Lar Militar, e uma equipa da Associação Portuguesa de Deficientes (A.P.D.).

Realizaram-se corridas em cadeiras de rodas e houve lançamento de disco e de dardo também por deficientes em cadeiras de rodas. Realizaram-se jogos de basquetebol e ténis de mesa, também com equipas constituídas por deficientes de cadeiras de rodas. Além destas actividades houve ainda halterofilismo, praticado igualmente por deficientes de cadeiras de rodas.

Por volta das 19.30 horas, realizou-se um jantar convívio e às 22 horas teve início uma festa convívio em que participaram vários artistas e conjuntos, entre os quais, Conjunto Musical Star, Tó e Clarisse, Carlos Manuel, Rancho Folclórico do Carregado (infantil e adulto), José Almoedo e Esmeralda Amoedo e ainda três fadistas amadores.

Por volta das 23 horas, durante um intervalo do espectáculo, houve distribuição de medalhas pelos participantes nas actividades desportivas melhor classificados.

Esta festa constituiu mais uma oportunidade de aproximação dos defi-



Lançamento do disco



SECRETARIADO NACIONAL DA ADFA REUNIU NO PORTO

O Secretariado Nacional da ADFA reuniu, em sessão extraordinária, no dia 17 de Junho na delegação do Porto.

A reunião tinha como ordem de trabalhos a aprovação do orçamento da Associação para 1978, sendo a continuação da reunião realizada em Lisboa no dia 3 de Junho.

Com esta reunião não foi ainda esgotado este ponto, dado que ainda não foram fixadas as verbas para investimentos em 1978.

A resolução saliente desta reunião do Secretariado Nacional foi a convocação das 4 Assembleias Gerais de Zona da Associação para o dia 8 de Julho para análise do projecto de alteração do decreto-lei n.º 43/76.

No dia 15 de Julho o Secretariado Nacional reunirá novamente a fim de analisar as conclusões das Assembleias Gerais e elaborar a posição da ADFA face ao projecto de decreto-lei para apresentação ao Ministério da Defesa Nacional.

Foram ainda aprovadas duas moções, sendo uma de descontentamento pela autorização do regresso a Portugal do último presidente do regime fascista e a outra de congratulação pela forma como os trabalhos relativos à comemoração do 4.º aniversário da Associação foram orientados.

cientes da própria sociedade em que deveriam estar plenamente inseridos. Assim, o contacto dos artistas e das pessoas que se deslocaram ao Lar Militar com os deficientes (e neste caso grandes deficientes) terá contribuído grandemente para a consciencialização e para a realidade dos deficientes e para a intenção destes de se afirmarem como elementos de pleno direito da sociedade a que pertencem.

CONVÍVIO DESPORTIVO DE DEFICIENTES VISUAIS NO PORTO

Decorreu no passado dia 7 e 8 de Junho, no Internato do Campo Lindo, no Porto, um encontro desportivo de deficientes visuais, com a participação dos deficientes de três estabelecimentos de ensino de deficientes visuais desta cidade.

Algumas dezenas de deficientes tiveram, neste encontro, a oportunidade de praticarem várias modalidades desportivas. De salientar as devidas adaptações introduzidas em cada modalidade a fim de o deficiente visual poder tirar o melhor rendimento. Por exemplo: nas pistas de atletismo, as rectas são de saibro e as curvas de cimento, tendo, a dividi-las, um lancil (relevo) com funções de orientação; no futebol, basquetebol e voleibol, as bolas utilizadas são sonoras, fabricadas com um tipo de plástico duro e com guizos dentro.

Este encontro, segundo os promotores, teve um sentido pedagógico, tirando-se partido da função social e educativa que encerra a prática desportiva como movimento.

DEFICIENTES PROCURAM EMPREGO

Prosseguimos, neste número, a publicação da longa lista de deficientes que se encontram inscritos na Associação nos serviços de colocação. Desta vez apresentamos a lista dos sócios que se inscreveram nos últimos 3 meses.

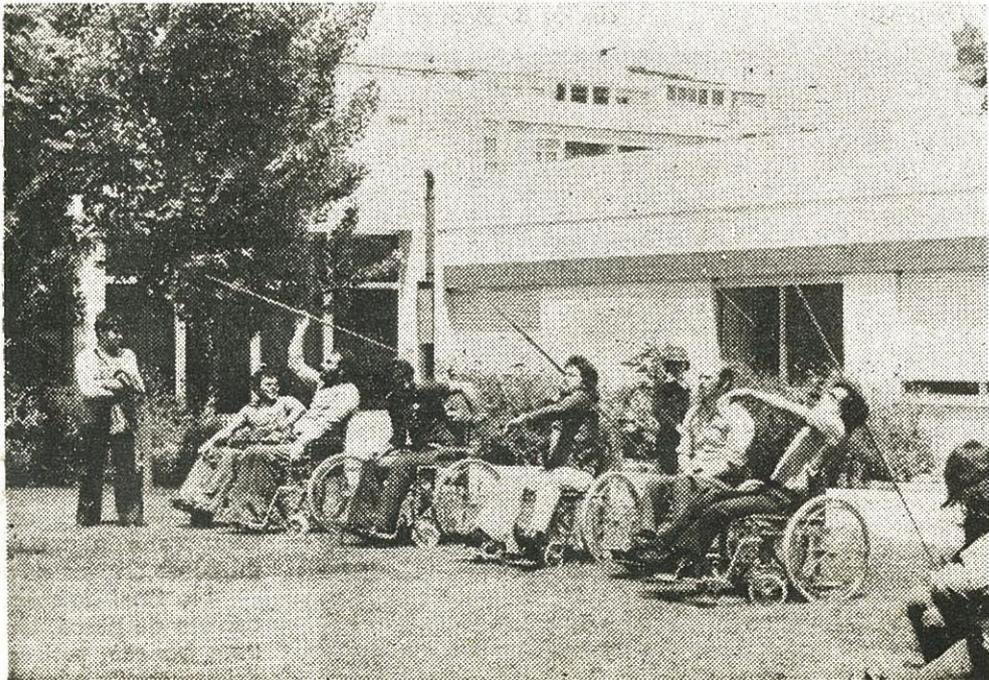
Esta publicação tem como finalidade a utilização do «Elo» para facilidade de colocação. Assim, os sócios e leitores que tenham conhecimento, nas localidades referidas, de vagas das profissões indicadas ou outras, para uma possível colocação de deficientes, podem colaborar nesta tarefa da Associação, comunicando com a sede em Lisboa e indicando essas mesmas vagas.

Também os sócios que se encontram desempregados e que ainda não se encontram inscritos nos serviços de colocação da Associação, deverão inscrever-se, na sede ou na delegação a que pertencem, pois que uma oportunidade de colocação pode surgir e, nesse caso, serão de imediato contactados pela Associação.

PEDIDOS DE COLOCAÇÃO POR LOCALIDADES

ABRANTES	— Desenhador	1
ÁGUEDA	— Torneiro/Mec.	1
ALCANENA	— Vigilante	1
ALENQUER	— Telefonista	1
ENTRONCAMENTO	— Mecânico	1
FIGUEIRA DA FOZ	— Motorista	1
GUARDA	— Dactilógrafo	1
LAGOS	— Porteiro	1
LISBOA	— Indiferenciados	6
LISBOA	— Dactilógrafos	3
LISBOA	— Escriturários	6
LISBOA	— Desenhadores	1
LISBOA	— Emp. Balcão	3
LISBOA	— Cont./Porteiro	3
LISBOA	— Telefonista	1
LISBOA	— Enfermeiro	1
LISBOA	— Técnico TV	1
LISBOA	— Motorista	2
LISBOA	— Vendedor	1
SANTARÉM	— Indiferenciado	1
UIVÉU	— Porteiro	1

Tiragem deste número 7500 exemplares



Lançamento do dardo

IMPORTANTE

OS SÓCIOS QUE NÃO TENHAM AS QUOTAS ACTUALIZADAS DEIXAM DE RECEBER O «ELO»

Na sequência de decisão da Direcção Central, passa a ser integralmente cumprido o art.º 10.º dos Estatutos da ADFA, isto é, todos os sócios que tiverem mais de três meses de quotas em atraso deixam de usufruir dos direitos inerentes à qualidade de sócio da Associação.

Assim, a partir do próximo número, o jornal «Elo» deixará de ser enviado aos sócios que tiverem mais de três meses de quotas em atraso.

NOTA: Esta medida, anunciada no último número do «Elo», deveria ter sido já executada neste número, e só o não foi por dificuldades de organização de ficheiros surgidas nos serviços de expedição do jornal. Assim, a partir do próximo número, inclusive, esta norma estatutária será integralmente cumprida.

DEFICIENTE DESPEDIDO DO INSTITUTO DE CEREAIS FOI READMITIDO

Conforme noticiámos no «Elo» de Janeiro passado, o sócio da ADFA António Maria da Graça de Matos havia sido despedido da delegação de Portalegre do Instituto de Cereais onde trabalhava.

A decisão de despedimento havia sido fundamentada no facto deste deficiente receber uma pensão da Caixa Geral de Aposentações.

Depois de ter conhecimento desta ocorrência a ADFA interveio através do seu advogado, recorrendo daquela decisão.

Depois de contactos estabelecidos entre o advogado da Associação e o contencioso do Instituto de Cereais, este organismo veio a decidir-se pela readmissão do trabalhador, mesmo antes de ser produzido o desfecho do recurso do Supremo Tribunal Administrativo. Verificou assim a empresa que não teria possibilidade de ganhar o recurso e decidiu-se pela readmissão voluntária.

Assim, o advogado da Associação vai, logicamente, desistir do recurso.

A ADFA tem seguido com especial atenção situações deste tipo. Vai-se tornando vulgar, em alguns meios, considerar-se que os deficientes, pelo facto de auferirem uma pensão, não devem trabalhar. E, por inacreditável que nos parecesse há uns tempos, chega-se mesmo ao ponto de despedir deficientes trabalhadores por este motivo.

Inaceitável e inadmissível é o que podemos dizer. Por isso a ADFA empenha, e empenhará, todos os seus recursos na defesa de sócios sujeitos a situações injustas deste tipo.

PRECISA-SE

COLABORADOR PARA REDACÇÃO DO «ELO»

No sentido de preencher uma lacuna que desde sempre existiu no «Elo» — ESPAÇO RECREATIVO — entendeu a Direcção Central da ADFA remunerar um colaborador, de preferência sócio da Associação, por trabalho periódico a apresentar para preencher este espaço.

Os interessados devem dirigir-se à sede da Associação, de preferência pessoalmente, fazendo-se acompanhar de propostas de trabalho concretas.

Os candidatos devem, de preferência, residir em Lisboa.

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL PROMOVE SARAU DE GINÁSTICA

A delegação da ADFA em Setúbal promove no dia 1 de Julho um Sarau de Ginástica naquela cidade, no pavilhão do Clube Naval Setubalense, com a colaboração deste clube e do Ginásio Clube Português. Participam neste sarau ginastas dos dois clubes.

Esta iniciativa integra-se nas actividades de dinamização e divulgação programadas por esta delegação da Associação.

NATAÇÃO NOVAMENTE NA ADFA

Desde o passado dia 7 de Junho que os sócios da Zona de Lisboa têm novamente oportunidade de praticar natação.

No último ano não se praticou esta modalidade, devido à impossibilidade de se encontrar uma piscina disponível, o que causou um certo descontentamento nos associados, pois que o interesse e entusiasmo manifestado em 1976 pela natação tinha sido grande. Isto é perfeita-

OFICINA DE PRÓTESES UMA REALIDADE INCOMERCIAIS DO RAMO

Ser-se deficiente não é apenas ser-se portador de uma anomalia física visível que impressiona as pessoas na rua. Ser-se deficiente significa também acarretar com todas as dificuldades e problemas de vária ordem que essa deficiência provoca. Vamos referir-nos, de entre esses vários problemas, à questão da perda de funções motoras.

O deficiente amputado, por exemplo, tem perante si, ao longo de toda a vida, um problema constante que o acompanha: a substituição e reparação das suas próteses.

Graças ao desenvolvimento tecnológico, torna-se possível substituir um membro amputado por um membro artificial (prótese) de molde a o deficiente poder levar a sua vida normalmente, muito embora certas actividades, logicamente, tenham que ser postas de lado.

No processo de recuperação e reabilitação dos deficientes amputados os momentos mais fortes e decisivos são os da tomada de consciência da perda do membro, por traumatizante, e o da substituição do mesmo membro por uma prótese, por ser fundamental na adaptação ou não do indivíduo a si próprio na sua qualidade de deficiente. Se o deficiente estiver devidamente preparado para o acto de substituição do membro perdido, este momento será decisivo para o bom êxito da reabilitação, na medida em que a prótese será encarada como parte integrante de si próprio, portanto conscientemente aceite, bem como as vantagens da sua utilização, ao mesmo tempo que reconhecerá também as limitações funcionais da mesma prótese e as aceita conscientemente.

Aquando da substituição da prótese ou da sua simples reparação, o acto de substituição do membro perdido é, de certo modo, revivido. Nestes momentos o deficiente é como que novamente con-

frontado entre a membros intactos momentos podem matizantes. Há que mos. Não, evitamos próteses, claro, e seja o menos inte-

E isso só se ciente reparação para o deficiente rante um período desempenhada pe substitua a função que evita que o pós-amputação. E tese fique o máximo de igual modo, tempos pós-ampu

Além disso, substituição da prótese ciente corre ainda referir alguns: prócia, garantida aprese, e, por consajuda de terceira dade profissional, prótese é imprescindíveis ou m emprego; instabiliente, o que po

DELEGAÇÃO REALIZOU

A semelhança ADFA de Coimbra concurso de pesca da Foz.

Participaram rentes, entre def

O concurso prolongado até às 14

No final do pelos melhores cliequipas, com a atribuição de

De entre as condições para deficientes até 14 anos.

Entre as equipas de pessoal da Câmara Bordoal Sta. Clara

A equipa do ficou-se em 1.º Onça».

Em individual corrente Luís Lc do Vale.

O deficiente nuel Mendes Car

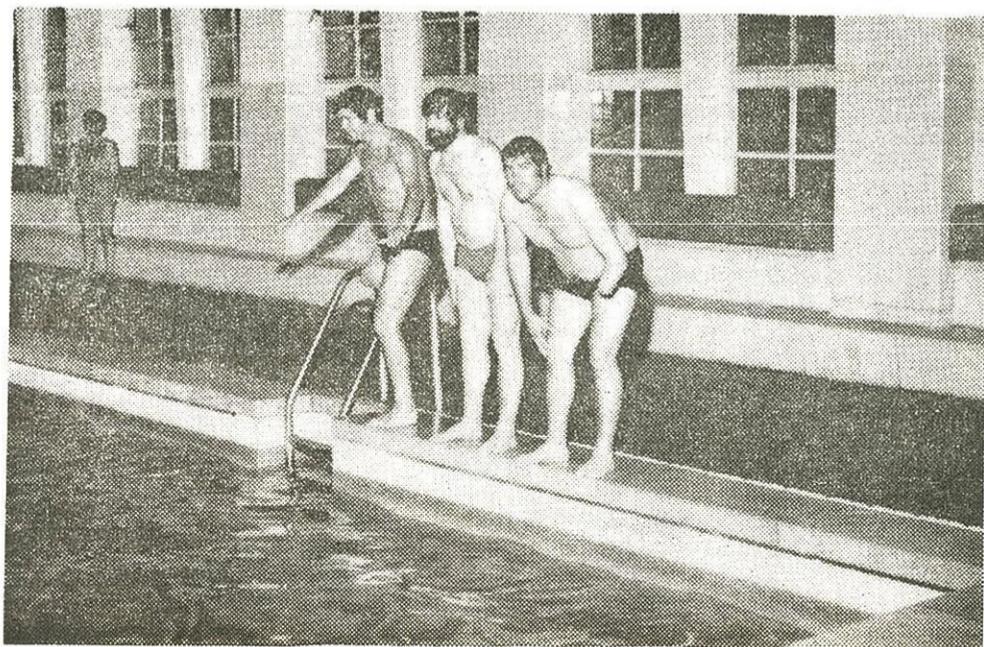
Das taças ganhantam-se as que neral da Região licipal de Coimbra ADFA, sendo esta

Além de taça medalhas e outros prios da ADFA.

Verificou-se, ambiente de carbuído para reforç ficam já entre Coimbra e a po grupo de amigos

No final do ccarreto de pesca, uma boneca, arti delegação. Os n.º

1.º — 1003, 2.º —



Aspecto de um treino de natação

OFICINA DE PRÓTESES DA ADFA NO PORTO UMA REALIDADE INCÓMODA PARA AS CASAS COMERCIAIS DO RAMO E PARA A BUROCRACIA

Ser-se deficiente não é apenas ser-se portador de uma anomalia física visível que impressiona as pessoas na rua. Ser-se deficiente significa também acarretar com todas as dificuldades e problemas de vária ordem que essa deficiência provoca. Vamos referir-nos, de entre esses vários problemas, à questão da perda de funções motoras.

O deficiente amputado, por exemplo, tem perante si, ao longo de toda a vida, um problema constante que o acompanha: a substituição e reparação das suas próteses.

Graças ao desenvolvimento tecnológico, torna-se possível substituir um membro amputado por um membro artificial (prótese) de molde a o deficiente poder levar a sua vida normalmente, muito embora certas actividades, logicamente, tenham que ser postas de lado.

No processo de recuperação e reabilitação dos deficientes amputados os momentos mais fortes e decisivos são os da tomada de consciência da perda do membro, por traumatizante, e o da substituição do mesmo membro por uma prótese, por ser fundamental na adaptação ou não do indivíduo a si próprio na sua qualidade de deficiente. Se o deficiente estiver devidamente preparado para o acto de substituição do membro perdido, este momento será decisivo para o bom êxito da reabilitação, na medida em que a prótese será encarada como parte integrante de si próprio, portanto conscientemente aceite, bem como as vantagens da sua utilização, ao mesmo tempo que reconhecerá também as limitações funcionais da mesma prótese e as aceita conscientemente.

Aquando da substituição da prótese ou da sua simples reparação, o acto de substituição do membro perdido é, de certo modo, revivido. Nestes momentos o deficiente é como que novamente con-

frontado entre a situação em que possuía os seus membros intactos e a situação pós acidente. E estes momentos podem ser considerados novamente traumatizantes. Há que evita estes novos traumatismos. Não, evitando a reparação ou substituição das próteses, claro, mas tentando que esse confronto seja o menos intenso possível.

É isso só se consegue com uma rápida e eficiente reparação ou substituição da prótese. Rápida, para o deficiente não correr o risco de se ver durante um período de tempo desprovido da função desempenhada pela prótese e que, por conseguinte substitua a função desempenhada pelo membro, o que evita que o deficiente reviva os movimentos pós-amputação. Eficiente, de molde a que a prótese fique o máximo funcional possível, para evitar, de igual modo, reviver inoperacionalidade dos tempos pós-amputação.

Além disso, se o processo de reparação ou substituição da prótese não for rápida e eficaz, o deficiente corre ainda outros riscos, dos quais se pode referir alguns: possível perda da sua auto-suficiência, garantida apenas pela funcionalidade da prótese, e, por conseguinte, necessidade de recorrer à ajuda de terceiros; possível interrupção da actividade profissional, para a qual a funcionalidade da prótese é imprescindível, resultando assim prejuízos financeiros ou mesmo serposto em risco o próprio emprego; instabilidade geral na vida diária do deficiente, o que pode provocar, por dificuldades fun-

cionais e até estéticas, um distanciamento e auto-marginalização em relação aos outros elementos da comunidade.

Ficam assim assinaladas algumas implicações de ordem psicológica e funcional decorrentes do processo menos eficaz da substituição e reparação de próteses.

O que acaba de ser referido, muito resumidamente, constitui o que foi um objecto de análise por parte do ADFA logo nos seus primeiros tempos. E não foi gratuitamente que esta questão foi analisada. Foi-o, porque era fortemente sentida pelos associados amputados.

Os aspectos negativos enumerados, resultantes da deficiente substituição ou reparação de próteses, verificavam-se com a esmagadora maioria dos deficientes quando recorriam ao Hospital Militar e este os enviava para as casas de próteses.

As casas de próteses, empresas comerciais puras, tinham (e têm) em vista essencialmente o lucro. As implicações que referimos, inerentes ao binómio deficiente-próteses não contam. Conta apenas o lucro que cada prótese ou cada reparação pode deixar. Para isso não se pode utilizar material da melhor qualidade, não se pode ter um grande stock de peças e material, nem se pode pagar a pessoal especializado em número e quantidade necessários.

Paralelamente às anomalias e defeitos verificados com as casas de próteses surge o inimigo por excelência do deficiente amputado: a burocracia.

O Hospital Militar, como todos os estabelecimentos estatais, para a colocação ou reparação de uma prótese necessita de recorrer a três casas da especialidade, a fim de obter outros tantos orçamentos. A adjudicação é feita apenas depois da decisão do Conselho Administrativo do Hospital, que é sempre morosa, e, por sistema, à casa que apresenta o orçamento mais baixo. Entre o momento em que o deficiente se dirige ao médico, até ao momento em que a adjudicação é feita nunca decorrem menos de dois meses. Passados estes dois meses, o deficiente dirige-se à casa indicada e aí vai passar, num vai-vem, dois ou três meses mais, já que, muitas vezes, a casa, para não ter capital empatado, não tem as peças e materiais necessá-

(Continua na pág. 8)

NOVAMENTE NA ADFA

mente compreensível, já que a natação é um dos desportos mais indicados para deficientes.

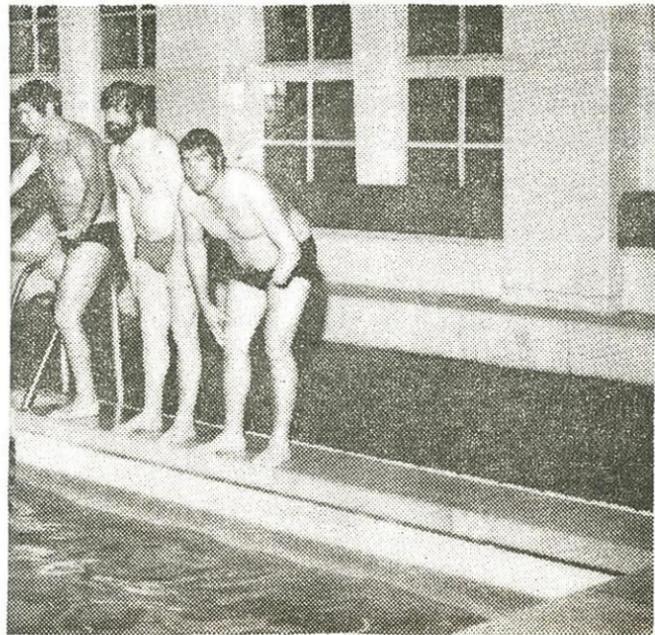
Tal como em 1976, a ADFA passou a ter tempo disponível na piscina da Direcção Geral dos Desportos em S. Bento às quartas e sextas das 21 às 22 horas.

Os treinos de natação dos deficientes decorrem sob a orientação de técnicos da Direcção Geral de Desportos.

Os sócios que estiverem interessados em praticar natação nesta piscina em Lisboa, com este horário, devem dirigir-se à Secção de Desportos da Sede da Associação.

A inscrição é feita directamente nos serviços da piscina às 5.^{as} e 6.^{as}, das 18 às 19 horas e aos sábados das 8 às 9 horas.

A piscina situa-se na R. Alcmeida Brandão, n.º 29 em Lisboa (junto ao Palácio de S. Bento).



pecto de um treino de natação

DELEGAÇÃO DE COIMBRA REALIZOU CONCURSO DE PESCA

A semelhança do ano passado, a delegação da ADFA de Coimbra realizou no dia 25 de Junho, um concurso de pesca no rio Mondego, perto da Figueira da Foz.

Participaram neste concurso cerca de 200 concorrentes, entre deficientes e não deficientes.

O concurso começou às 8.30 horas, tendo-se prolongado até às 14 horas.

No final do concurso foram distribuídas taças pelos melhores classificados. Houve classificações por equipas, com a atribuição de oito taças, e individuais com atribuição de trinta taças.

De entre as classificações gerais, houve classificações para deficientes e para concorrentes com idade até 14 anos.

Entre as equipas participantes salientam-se as equipas do Grupo Desportivo da Sagres, Casa do Pessoal da Câmara e Serviços Municipais de Coimbra, Bordalo Sta. Clara, Café Mutamba, etc.

A equipa do Grupo Desportivo da Sagres classificou-se em 1.º lugar, seguindo-se «Os Amigos da Onça».

Em individuais classificou-se em 1.º lugar o concorrente Luís Lopes, seguindo-se António Antunes do Vale.

O deficiente melhor classificado foi Carlos Manuel Mendes Cardoso.

Das taças ganhas pelos melhores classificados salientam-se as que foram oferecidas pelo Quartel Geral da Região Militar Centro, pela Câmara Municipal de Coimbra, e por um grupo de amigos da ADFA, sendo esta última a mais valiosa.

Além de taças os concorrentes receberam ainda medalhas e outras lembranças, algumas objectos próprios da ADFA.

Verificou-se, ao longo do concurso, um óptimo ambiente de camaradagem, que muito terá contribuído para reforçar os laços de amizade que se verificam já entre os deficientes da delegação de Coimbra e a população, muito especialmente um grupo de amigos da delegação, já muito alargado.

No final do concurso realizou-se o sorteio de um carro de pesca, um berbiquim black and decker e uma boneca, artigos que haviam sido oferecidos à delegação. Os números premiados foram os seguintes: 1.º — 1003, 2.º — 1887, 3.º — 1160.

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

ACTUALIZAÇÃO COM REFLEXOS NAS PENSÕES DOS DFA

Através do decreto-lei n.º 113/78, de 29 de Maio, foi actualizado o salário mínimo nacional para 5700\$00. Era, até aqui, de 4500\$00. Esta actualização produz efeitos desde 1 de Abril passado.

Esta actualização do salário mínimo nacional tem reflexos no abono suplementar de invalidez e na prestação suplementar de invalidez das pensões dos deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76.

Entretanto, embora o decreto-lei que determina esta actualização tivesse já sido publicado no «Diário da República» de 29 de Maio, a Caixa Geral de Depósitos ainda não está a considerar o correspondente aumento das pensões dos deficientes das Forças Armadas, aguardando que sejam publicados os aumentos para os militares, a fim de se proceder ao aumento conjunto.

No próximo número do «Elo» informaremos sobre a forma como os deficientes devem proceder para solicitarem a actualização das suas pensões.

Entretanto, recorde-se que a actualização do salário mínimo nacional foi objecto de negociações entre o Governo e o Movimento Sindical, acabando por ser aprovado exactamente o montante reivindicado pelos trabalhadores.

OFICINA DE PRÓTESES DA ADFA UMA REALIDADE

(Continuação das págs. centrais)

rios em stock e vai, nesse momento, fazer a encomenda ao estrangeiro (à Alemanha, normalmente) que, com as demoras, sobretudo alfandegárias, é sempre história para mais dois ou três meses.

E eis, depois de apresentado, também muito por alto, o processo de adjudicação e colocação ou reparação das próteses, como estão criadas as condições para o deficiente anualmente ou em períodos inferiores, ser submetido a situações traumatizantes, com todas as implicações psicológicas, económicas e sociais atrás referidas.

UMA SOLUÇÃO DE RAIZ

A ADFA tentou encontrar uma solução de raiz para este emaranhado de problemas. Propôs-se reformar este esquema, criando a sua própria oficina de próteses, equipada com o pessoal especializado necessário e apetrechada com stocks de material e peças suficientes para atender de imediato os deficientes. Tentou também, paralelamente, eliminar a burocracia do processo de adjudicação, pretendendo que o Hospital Militar enviasse directamente os deficientes para a oficina de próteses da Associação, mediante determinadas garantias que a ADFA se propôs previamente assegurar, nomeadamente qualidade superior e preços inferiores aos das casas comerciais da especialidade e assistência permanente.

Assim se instalou uma oficina de próteses no Porto para assistir os deficientes das Forças Armadas da Zona Norte. A primeira parte do problema está resolvido — rapidez e eficiência na execução

— porque depende apenas da ADFA. Mas a segunda — burocracia — é ainda uma guerra em aberto. Tem sido uma luta que a Associação vem travando, sem obter resultados positivos.

Esta questão foi apresentada ao Ministro da Defesa Nacional pela Direcção Central em entrevista concedida por aquele membro do governo em fins de Março. Recentemente foi enviado ao Senhor Ministro um memorando detalhado sobre as diligências efectuadas, funcionamento da oficina e problemas com que os deficientes da Zona Norte se estão a debater. Sabemos que o Ministério da Defesa Nacional está a estudar, conjuntamente com o Estado Maior do Exército, esta questão e que em breve a Direcção da ADFA será chamada para se tentar encontrar uma solução.

Entretanto a oficina de próteses da Associação do Porto tem trabalhado para os deficientes, submetendo-se à burocracia e demoras do processo de orçamentos e adjudicações.

Concorrendo, conjuntamente com as casas comerciais, em 1977, a oficina da Associação obteve 92% das adjudicações de próteses feitas pelo Hospital Militar do Porto. E só não foram obtidos 100% das adjudicações, porque em alguns casos a oficina da Associação não concorreu, nomeadamente nos casos de próteses mioeléctricas, de cujo equipamento passou a dispor apenas em meados de 1977 e noutros casos em que as casas comerciais não se propunham executar o mesmo trabalho.

Assim se encontra a ADFA perante uma situação deveras estranha: tem capacidade para resolver eficientemente um melindroso problema de um vasto sector dos deficientes das Forças Armadas e, apesar disso, sente-se impotente face à burocracia e aos interesses comerciais e a quem não quer ou não tem a coragem para pôr termo a situações destas.

E assim, a troco dos interesses comerciais de uma dúzia de casas existentes no País, se perpetua uma situação de cíclica traumatização dos deficientes amputados, com todas as consequências negativas que daí advêm, não só para estes mas para a própria sociedade.

Resta-nos acrescentar que, apesar de tudo, a ADFA não se desmobilizará nem se demitirá da sua função de pugnar pela criação de condições para a integração plena dos deficientes na sociedade.

PRECISA-SE

TÉCNICO DE ELECTRÓNICA

Para trabalhar em oficina de reparações de rádios, televisores e electrodomésticos.

Os sócios interessados devem dirigir-se à sede da Associação em Lisboa.

PRECISA-SE

TÉCNICOS DE:

- Planeamento Financeiro e Económico
- Gestão e Controlo Orçamental
- Estudos e Organização

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO:

- Experiência e aptidão comprovadas nos respectivos domínios
- Experiência de implantação de sistemas integrados de Gestão e de Análise e Controlo de Investimentos (Planeamento Financeiro e Económico)
- Bons conhecimentos de Contabilidade Analítica de Exploração (Gestão e Controlo Orçamental)
- Capacidade de organização e iniciativa
- Conhecimentos de Informática aplicada (condição preferencial)

OFERECE-SE:

- Retribuição e regalias sociais vigentes na EPAL. Boas perspectivas de realização profissional futura e possibilidades de formação

Trata-se de vagas, cujo preenchimento foi colocado à disposição da ADFA pela Empresa Publica das Águas de Lisboa (EPAL). Dado que nos serviços da ADFA não se encontra inscrito nenhum associado nas condições exigidas, recorreremos ao «Elo». Assim, os sócios interessados, e que reúnam as condições apontadas, devem dirigir-se à sede da Associação até ao próximo dia 5 de Julho.

IMPOSTO PROFISSIONAL

DEFICIENTES TÊM REGIME ESPECIAL

De acordo com o decreto-lei n.º 138/78, de 12 de Junho, que procede a reajustamentos no imposto profissional, os deficientes cujo grau de invalidez seja igual ou superior a 60 % terão direito à dedução, na matéria colectável, da importância correspondente a 20 % do rendimento líquido, a qual não poderá exceder 60 000\$00. Os deficientes abrangidos por esta disposição deverão apresentar documento comprovativo do grau de invalidez, emitido por entidade competente.

Em contactos estabelecidos pela ADFA com os serviços competentes soube-se que este decreto-lei necessita de regulamentação, pelo que se desconhece ainda a forma concreta como os deficientes devem proceder para utilização deste benefício.

ESTÚDIO FOTOGRÁFICO DA A. D. F. A.

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

★ VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

★ REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS MESMO MUITO ANTIGAS

★ REPORTAGENS EM CASAMENTOS, BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67 LISBOA

BIBLIOTECA PARA CEGOS

(Continuação das págs. centrais)
livros gravados na procura de literatura braille.

— Possibilidades de estimular a aprendizagem e a leitura de braille.

Os temas apresentados conduziu as teses apresentadas na conferência de Madrid, tendo sido dado um realce especial às técnicas utilizadas ou a utilizar.

REVISÃO PROCESSUAL

Terminou no dia 22 de Junho mais uma oportunidade de pedido de revisão processual.

Na sequência da circular da Direcção do Serviço de Justiça e Disciplina, a que fizemos referência no último número, enviada às unidades e estabelecimentos militares interessados, muitos deficientes, que estavam em condições de requererem a revisão processual, dirigiram-se à ADFA onde os respectivos requerimentos foram elaborados.

Os Quartéis-Generais depois de receberem a respectiva circular, entraram em contacto com os deficientes «em serviço», aconselhando-os a dirigir-se à ADFA, o que provocou uma afluência de deficientes à Associação fora do vulgar. É de assinalar, como nota curiosa, que a maior parte desses deficientes ainda não eram sócios da ADFA, tendo aproveitado a oportunidade para se inscreverem.

de molde a facilitar a aprendizagem da escrita braille e a aumentar o rendimento da leitura através de processos já utilizados na escrita a negro.

Outro assunto apresentado e que mereceu o interesse dos presentes está relacionado com as bibliotecas circulantes, tanto em livro como em banda sonora, com experiências muito positivas em países socialistas e que estiveram presentes na conferência.

Outro assunto que mereceu o interesse e a curiosidade dos organismos e entidades presentes relacionou-se com a matéria referente à moderna tecnologia que pode ser posta ao serviço dos indivíduos cegos, tanto no armazenamento de dados escritos e falados, como na reprodução dos mesmos. Com base na tecnologia, que permite a combinação, em múltiplas variantes, da escrita a negro e da escrita a braille, podemos quase afirmar não existirem barreiras no acesso dos cegos aos dados escritos, podendo, por conseguinte, concorrer com os videntes a nível cultural, profissional e outros.

Apesar de podermos considerar que com a moderna tecnologia o cego vê a integração socio-profissional bastante facilitada, tal não passa ainda de uma miragem para a maioria dos cegos, já que tais materiais estão muito além das possibilidades económicas dos cegos, se tivermos em conta que, em moeda portuguesa, nenhum dos aparelhos apresentados na conferência custava menos que cento e oitenta mil escudos. O preço exorbitante deste material deve-se ao facto de a in-

venção e produção dos mesmos se encontrarem dependentes da iniciativa privada do ramo electrónico, sendo sujeitos à livre concorrência, sempre prejudicial para os que deles carecem. Pensamos que os meios de reabilitação e de apoio devidos aos deficientes não-podem estar dependentes da iniciativa privada, cabendo aos governos dos respectivos países proporcionar aos deficientes visuais todo o apoio de que carecem, tal como proporcionam aos videntes.

Dado que só sobre a hora de saída deste número do «Elo» nos foram remetidas as teses apresentadas na Conferência de Madrid, não se nos torna possível apresentar, com o desenvolvimento que desejaríamos, todas as matérias apresentadas pelos vários países participantes, pelo que desde já nos comprometemos a fazê-lo no próximo número.

TIRO AO ARCO

Foi convidada a equipa de Tiro ao Arco da ADFA para fazer uma demonstração numa festa a realizar em Cerdeira da Cõa, na Beira Alta, no dia 14 de Agosto.

A secção de Desportos da Associação está em contacto com os organizadores desta festa, estando a ser encarada a possibilidade de a equipa de Tiro ao Arco se deslocar àquela localidade da Beira, já que um dos promotores da festa é sócio da ADFA residente em França.

EM MARÉ DE AUMENTOS...

Os aumentos continuam na ordem do dia.

Sousa Gomes — ministro da Habitação e Obras Públicas — admite que a partir de Janeiro próximo as rendas de casa sejam actualizadas em vinte por cento.

Neste país de sol e uvas o vinho volta a aumentar. O Governo decreta 2\$00 em litro, mas há quem ache pouco e aquela verba foi superada por certos comerciantes que resolveram aumentar o néctar de Baco em 5\$00. Bom, néctar de Baco é uma honra muito grande para a maioria da zurrapa que por cá se consome.

Enquanto se espera o aumento do selinho da viatura o imposto de selo é aumentado juntamente com o imposto profissional e o imposto complementar e o imposto... perdão já não há mais impostos a aumentarem — esgotaram-se.

Igualmente a tão apreciada carne de porco foi elevada, assim bem como os produtos que compõem o «cabaz de compras» — o cabazinho.

Entretanto, em maré de aumentos, os ministros foram aumentados em 50 por cento, o que muita gente não gostou, e vai daí começaram a dizer mal disto tudo a torto e a direito.

Entretanto os pessimistas já falam que o litro da «gasosa», a bebida para o automóvel, vocês sabem, vai ser elevado para 30 «métréis» a «litros». Claro que não passam de boatos infundados. Há certa gente...

Bom, há pouco tempo foram aumentados os transportes, vai daí começaram já a dizer os mal-intencionados que temos que passar a andar a pé, pois as tarifas vão ser novamente agravadas.

As nossas mulheres continuam a moer-nos o juízo que cada vez os meses são mais compridos.

Manias das mulheres que só servem para gas-

tar dinheiro. (Bom, a Teresa Horta que nos perdõe, e as nossas cara-metades também).

Ah, já nos ia esquecendo. Fala-se do aumento dos cigarrinhos. Que os maços pequenos passam para vinte paus e os grandes para 25.

Enfim anda por aí muito boa gentinha a contar os níqueis dizendo que isto não dá para nada. Até já se disse que o salário real era, este ano, igual ao ano da graça de 1968.

Ná, não acreditamos em tal.

Diz-se também que os desempregados aumentaram. Que as pequenas e médias empresas não podem recorrer à banca porque senão deixam lá couro e cabelo, porque os juros são elevadíssimos.

Diz-se também que têm apodrecido toneladas de batatas e as «maças-da-terra» não baixam de preço.

Bom, diz-se por aí tanta coisa que nós temos amigos que quase não saem à rua e quando qualquer imperioso motivo os faz sair de casa, levam algodões colocados nas orelhas para não ouvirem tantas calamidades.

Quem tiver filhos bebés já sabem, os artigos de luxo, perdão, os leites que os bebés ingerem foram aumentados.

É claro, habituamos os nossos filhos a comer, desde pequeninos, zangamo-nos se eles não comem, e depois torna-se um vício que em grandes não se conseguem libertar de tão mau hábito.

Enfim, parece-nos que os empréstimos também vão aumentar, e lá vem uma cambada de mal intencionados dizer que a nossa dependência também aumenta.

Também, que diabo, se umas coisas aumentam porque não hão-de aumentar outras?

Veja-se os seguintes exemplos:

Se aumentam os géneros alimentares, consequentemente aumenta a fome. Se aumenta o número de desempregados, pois com certeza que aumenta o número dos que procuram emprego. Se aumentam as rendas das casas, igualmente aumenta o número dos que não podem ter habitação. Enfim isto é uma cadeia lógica que só não entende quem não quer e cremos não serem precisos mais exemplos.

É claro como a água que se se aumenta uma coisa logo outra aumentará.

Conta-se por aí uma anedota, é claro que é uma anedota de qualquer mal intencionado, que quando uma pessoa está com soluços se deve pregar um susto na dita para os ditos desaparecerem. Pois a anedota diz que o susto é dizer-se à pessoa atacada pelos incómodos soluços que o nível de vida vai descer. Dizem que é remédio santo. É claro que diz o Povo e com muita razão: quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto.

Vem isto a propósito de nos terem contado que mais que uma pessoa «curada» da maneira que acima dizemos ficou de tal modo assustada que a partir dessa data ficou gaga.

Exageros já se vê.

É claro que «isto» vai melhorar, não se sabe quando.

O que é preciso é que os descontos não ultrapassem os ordenados. Isso é que é importante. Pelo menos que fique algum para o tabaquito.

Mas é igualmente importante que não se preste atenção alguma aos que nos dizem que isto está mal e que vai piorar. Quando ouvirmos alguém com tais lamúrias devemos fugir dele como se estivesse atacado de perigosíssima doença.

Cada um que se lamenta para si e deixe os outros em paz. São os nossos melhores desejos.



A PAZ É POSSÍVEL SE NÓS QUISERMOS

Deslocou-se recentemente a Nova Iorque o general Costa Gomes, onde teve oportunidade de entregar na ONU um documento com cento e cinquenta mil assinaturas de cidadãos portugueses contra o fabrico da bomba de neutrões.

Já por várias vezes abordámos nestas colunas o problema da bomba e neutrões e de outras armas de destruição maciça.

Hoje em dia é cada vez maior o número de adeptos da Paz.

Ainda recentemente o Concelho Português para a Paz e Cooperação (C.P.P.C.) realizou uma sessão pública na nossa Sede, integrada nas comemorações do 4.º Aniversário da A.D.F.A.

A sala foi pequena para acolher todos aqueles que queriam ouvir falar de Paz em tempos tão difíceis como o que estamos vivendo.

Mas se todos nós quisermos a Paz é possível. É possível um gigantesco boicote à guerra e às coisas da guerra. Basta que todos nós queiramos.

É neste sentido que o C.P.P.C., à semelhança dos seus congéneres, em todo o mundo, trabalha. Ganhar as pessoas para a Paz, é a tarefa.

Se neste momento está suspensa a fabricação da bomba de Neutrões, podemos garantir que grande responsabilidade cabe aos milhões de pessoas que em todo o mundo se manifestaram contra a «bomba limpa».

É bom que se medite nesta tomada de posição e que se não pare. Se hoje se conseguiu a suspensão (em parte) da fabricação da bomba de Neutrões, teremos que ir mais à frente até que se consiga um total desarmamento, e que os governos prestem mais atenção às carências dos Povos, que ao enorme fabrico de material bélico.

10.º ANIVERSÁRIO DO GRUPO DESPORTIVO DO CENTRO DE MEDICINA DE REABILITAÇÃO

Realizaram-se entre os dias 1 e 4 de Junho as comemorações do 10.º aniversário do Grupo Desportivo do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão.

No dia 3, realizou-se um festival desportivo, no qual a ADFA se fez representar através de uma delegação. Esteve prevista a participação da ADFA com uma equipa de futebol de salão, acabando contudo, por ser integrado apenas um elemento da Associação numa equipa que jogou com a equipa do Sporting.

Além do encontro de futebol de salão entre a equipa do Sporting e um misto composto por um elemento de cada equipa convidada, houve ainda, no dia 3, desfile dos atletas do Centro e Atletas convidados, um encontro de basquetebol em cadeiras de rodas, uma simultânea de xadrez e actividades gimnodesportivas (trave olímpica, salto, exercícios livres, karaté e patinagem artística). As 13 horas houve um almoço-convívio e às 17 horas variedades.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL 200\$00

SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE

VALE DE CORREIO

(Riscar o que não interessa)

III ASSEMBLEIA DA PAZ

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) levou a efeito, no passado dia 17 de Junho em Lisboa, a III Assembleia da Paz. A reunião realizou-se nas instalações da sede da ADFA, tendo sido cedido o salão nobre para o efeito.

A III Assembleia da Paz teve como objectivo aprovar o relatório e contas de 1977 e eleger os novos órgãos directivos.

A Assembleia, que teve início às 10 horas da manhã, prolongou-se por todo o dia, tendo sido presidida pelo general Costa Gomes, Carlos Candal e Sidas Cerqueira, que, além de membros do C. P. C. são também membros do Conselho Mundial da Paz.

A Assembleia contou com a presença de elementos do C. P. C. vindos de todos os pontos do País, que encheram por completo o salão nobre da Associação. Entre os presentes encontravam-se deputados de alguns partidos políticos representados na Assembleia da República e dois membros do Conselho da Revolução, os comandantes Vítor Crespo e Martins Guerreiro.

OFICINA DE TIPOGRAFIA

DA

ADFA

EXECUTA

TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

CONVÍVIOS DESPORTIVOS

(Continuação da 1.ª pág.)

A bela e tradicional sardinha assada na brasa, o pão alentejano, a salada.

Os mais comodistas trouxeram cadeiras, outros de pé ou sentados no chão, respirando ar puro, lá se ia falando da pescaria, do futebol, dos deficientes, entre dentadas na sardinha e golos de cerveja.

Um grupo aqui discutia acaloradamente a bela carpa que fugiu. Outro grupo o golo que foi bonito, enfim, um verdadeiro e franco convívio entre pessoas que à sombra das árvores iam mastigando o apreciado e merecido pitéu.

Novamente é de pôr em destaque a organização que, a preços baratíssimos, assegurou o indispensável alimento aos estômagos famintos e mandíbulas ávidas da função de mastigar.

Aliás, a organização, a delegação de Évora e ao fim e ao cabo toda a ADFA estão de parabéns.

O COLÓQUIO

O dia festivo encerrou-se com um colóquio e a distribuição de prémios. Prémios, muitos prémios, para os concorrentes que levaram horas até que os mesmos fossem totalmente entregues.

«O Deficiente em Portugal» foi o tema do colóquio que se realizou no Palácio de D. Manuel, aliás local da distribuição dos prémios.

Os oradores frisaram o papel dos Deficientes em Portugal.

Antes do 25 de Abril, o deficiente em Portugal era o «pobre coitado que não servia para nada».

Nunca o Governo criou estruturas com vista à inte-

SITUAÇÃO DOS TELEFONISTAS CEGOS

Promovida pela Intersindical, realizou-se uma reunião, no passado dia 2 de Junho, na sede daquela organização, para analisar a situação dos telefonistas cegos. A ADFA foi convidada a estar presente nesta reunião, tendo-se feito representar por um delegado. Estiveram igualmente presentes representantes do Sindicato dos Telefonistas e da Comissão dos Telefonistas Cegos daquele sindicato.

Esta foi a segunda reunião que se realizou no âmbito da CCTP-Intersindical, não tendo a ADFA estado representada na primeira reunião.

Nesta reunião, em que a ADFA esteve representada, analisou-se as dificuldades com que os deficientes cegos se debatem para conseguirem colocação como telefonistas, mesmo quando devidamente reabilitados e preparados para exercer essa função, tendo-se sentido a necessidade de abordar o Ministério do Trabalho, no sentido de serem tomadas medidas de protecção à colocação de deficientes cegos nos postos de trabalho (telefonistas) vagos.

Concluiu-se, no entanto, da necessidade de aprofundar a discussão desta questão, tendo ficado decidido efectuar uma nova reunião, a fim de se constituir um grupo de trabalho, capaz de equacionar de uma forma realista e correcta esta questão levando em atenção, inclusivamente, a hipótese de outras profissões que podem igualmente se exercidas pelos cegos, inserindo esta questão na questão mais ampla que é a dificuldade que os grandes deficientes têm em arranjar emprego.

gração sócio-profissional do deficiente.

Com o 25 de Abril houve um querer político, pois a luta dos deficientes em quererem o seu estatuto de cidadãos de pleno direito é já uma luta política.

Antes do 25 de Abril as associações que se criaram, com o fim de proteger e reintegrar os deficientes, eram rapidamente abafadas pelo Governo e o seu papel nulo.

Como foi frisado, a ADFA, sendo uma causa é uma consequência do 25 de Abril, é a pioneira da organização e reintegração sócio-profissional dos deficientes e igualmente pioneira da palavra «deficiente». Até então o deficiente era um «inválido».

Foi afirmado, perante a numerosíssima assistência, que inválido é um termo incorrecto. Inválido é aquele que não quer trabalhar, que não quer pertencer à sociedade. E não é isso que acontece com os deficientes que não querem continuar sendo considerados uns «incapazes».

O Governo deve investir nos deficientes.

Se uma pessoa, por exemplo, um trabalhador rural, perdeu um braço na guerra colonial ou num acidente, fica realmente incapaz de poder continuar erguendo a enxada que vai abrir a terra, mas não é, de maneira nenhuma, um inválido. Essa pessoa pode e deve ser aproveitada para outro serviço, contínuo, porteiro, devem ser-lhe dadas todas as possibilidades de estudar, poder tornar-se professor, por exemplo.

Será que uma pessoa a quem falte um braço não poderá ser professor? Pode, e temos exemplos que o comprovam.

Qualquer pessoa é útil e, na sociedade nova, no Portugal novo que todos queremos construir, não poderá continuar a existir um sector marginalizado.

Hoje existe um Secretariado Nacional de Reabilitação. A Constituição da República Portuguesa consagra um Artigo aos deficientes. Houve uma tomada de posição perante a gritante injustiça de que os deficientes eram alvo.

À parte uns casos lamen-

táveis, que ainda, infelizmente, se detectam, há toda uma vontade de se criarem as competentes estruturas de que este país carece.

O lamentável espectáculo que constituem os deficientes, que pelas ruas das cidades e aldeias mendigam o seu dia-a-dia tem que, definitiva e urgentemente, acabar.

Este é o sentir da esmagadora maioria da população.

Os 800 mil a um milhão de deficientes e os mais que poderão vir a existir em Portugal devem saber que a vida para eles não acabou, que não se tornarão alvo da compaixão das outras pessoas, devem saber que são homens que têm direito à vida, que têm direito a um futuro.

É necessário que o indivíduo atacado de uma qualquer deficiência saiba que não é um «peso morto».

Foi igualmente salientado o papel, importantíssimo que a ADFA tem desenvolvido ao longo destes quatro anos de existência que são outros tantos anos de luta sem tréguas contra uma sociedade que teimava (e certos sectores ainda teimam) em não aceitar o deficiente como uma pessoa válida, uma pessoa que quer viver uma vida digna e honesta, uma pessoa que quer mostrar aos outros homens que é um **HOMEM IGUAL A OUTRO HOMEM**.

Essa é a realidade inegá-

AOS SÓCIOS

Para efeitos de férias, os serviços da sede da Associação (em Lisboa) encontram-se encerrados em Agosto. Será no entanto, durante este mês, assegurado um serviço de recepção que receberá os assuntos que surgirem para posterior accionamento.

Também a delegação de Bragança se encontrará encerrada durante o mês de Agosto, pelo mesmo motivo de férias.

vel. Nos diversos sectores da vida nacional em que os deficientes já participam, eles têm mostrado que são iguais aos não deficientes.

E que ninguém duvide. E que o Governo, seja o 2.º, o 3.º, o 4.º ou qualquer outro Governo, não se esqueça que investir nos deficientes é um investimento a todos os títulos rendoso.

Os deficientes querem mostrar que são capazes. Apenas necessitam de uma oportunidade e essa oportunidade não poderá ser negada por um Governo democrático apostado numa vida digna e justa para todos os portugueses.

A CODEFA COMEMOROU O SEU 2.º ANIVERSÁRIO

Com a iniciativa «Dia no Campo», terminaram as comemorações que a CODEFA levou a efeito para assinalar a passagem do seu 2.º aniversário.

«O Dia no Campo» foi sem dúvida a expressão mais alta das comemorações, não apenas pelo número elevado de sócios que nele tomaram parte mas também por ter constituído um ELO de ligação entre uma cooperativa de consumo e uma unidade colectiva de produção do Baixo Alentejo.

Levar a cidade ao campo, permitir que cerca de 200 pessoas se apercebessem da realidade alentejana, foi uma das metas conseguidas neste encontro.

Já o ano passado a Codefa levava a efeito uma iniciativa do género, todavia este ano ultrapassou as previsões e foi necessário alugar 2 autocarros com capacidade para 118 lugares. Além dos autocarros e da carrinha da CODEFA deslocaram-se ao Alentejo cerca de uma dezena de viaturas particulares.

Chegámos ao local cerca das 10 e 30 da manhã. O dia apresentava-se nublado com algumas abertas o que terá facilitado um pouco a vida àqueles que não estavam habituados ao tórrido sol do Alentejo.

Estacionadas as viaturas junto ao Monte (instalações) da Unidade Colectiva de Produção «Monte Branco da Loira» e as particulares espalhadas pelo campo, o pessoal dirigiu-se para o local escolhido onde já se encontrava uma equipa que tinha ido na véspera montar a cozinha e o Bar.

Estava prevista a realização

LIVRO NEGRO DO FASCISMO VAI SER PUBLICADO

«Por proposta do Primeiro-Ministro e indo ao encontro do profundo e generalizado sentimento da necessidade de apuramento e da reposição da verdade histórica, o Conselho de Ministros deliberou determinar a publicação de um livro negro sobre o regime fascista». Assim começa o preâmbulo do decreto-lei n.º 110/78, de 26 de Maio, que prossegue, dizendo que «visará o livro negro esclarecer a opinião pública sobre as violências e abusos praticados durante quase meio século em Portugal, bem como sobre os actos políticos e os actos de governação que conduziram o País a uma situação de crise nacional a que o 25 de Abril de 1974 veio pôr termo».

A publicação do Livro Negro sobre o regime fascista fica a cargo de uma comissão que procederá a um inquérito ao regime que vigorou em Portugal entre 28 de Maio de 1926 e 24 de Abril de 1974.

de várias provas desportivas mas o tempo só permitiu que se realizassem duas — o tiro aos pratos e o tiro ao alvo, tendo as provas de fígada e de pedrada sido anuladas. Das duas provas realizadas, foi a do tiro ao alvo a que teve mais adeptos — cerca de 50 inscritos.

A caixa de sardinhas e os carapaus que faziam de conduto ao gaspacho planeado para o almoço foram insuficientes para o apetite que o ar puro do Alentejo despertara na malta e o Sá Flores e o Pereira lá foram a caminho de Ferreira buscar mais outra caixa de sardinha, solucionando assim uma falha de previsão por parte da Codefa.

Terminado o almoço concluiu-se que dos 70 quilos de pão, apenas restavam 3, o que seria insuficiente para acompanhar o ensopado que já começara a fazer-se. Fomos à Figueira de Cavaleiros e tivemos tanta sorte que conseguimos encontrar o pão que tínhamos a sair do forno ainda com o aroma das estevas que o tinham aquecido. Por sugestão do chefe da cozinha, sr. Rendeiro, comprámos mais 5 garrações de vinho pois o pipó já dava toque de pouca pinga. Entretanto, o pessoal aproveitou para passear um pouco pelo campo indo até à ribeira que corria lá em baixo por entre faias e freixos servindo de cabeceira à lavra de arroz que se espraiava colina abaixo — onde estava patente o esforço daquele punhado de homens da Unidade Colectiva a quem tinham sido tiradas as melhores terras para esse cultivo por meia dúzia de novos (velhos) senhores da terra. Outros foram ver o que havia pela Unidade, outros ainda falavam com os trabalhadores auscultando as suas apreensões e experiências vividas ao longo do período que dura a Reforma Agrária que veio pôr fim ao latifúndio no Alentejo.

Ao leitor desta pequena crónica ficará a pairar no espírito que tudo terão sido rosas e que foi um dia no Paraíso — é evidente que não! Quando uma multidão se junta para passar um dia inteiro no campo — quando essa multidão tem características específicas relacionadas com deficiências físicas enormes; quando essas deficiências são ainda causa de sentimentos de dependência em relação à incompreensão por falta de preparação para tratar determinadas questões de carácter emocional — os problemas com mais ou menos gravidade acabam por aparecer muito naturalmente — como apareceram.

É preciso é depois perante esses problemas encontrar os caminhos humanos da sua solução, colher os ensinamentos, corrigir os origens, e

olhar com optimismo para outros possíveis encontros mais plenos de vida, alegria e são convívio.

O ensopado de borrego e de cabrito foi servido cerca das 6 da tarde — Estava saboroso — honra seja feita ao pessoal da cozinha — mas a malta que estava a controlar o tiro descuidou-se e quando chegou aos tachos contentou-se — alegremente — com o que restava de cerca de 80 kg de carne — o sabor embrenhado nas batatas. Mas não faltaram marmitas a abrir-se e tudo acabou em bem!

Cerca das 20 horas o pessoal reuniu-se em volta das mesas. Ao centro estava um bolo de aniversário de tamanho descomunal feito e oferecido pela sócia Ema Paul. Era a hora dos discursos, mas foi alvitado que o melhor discurso deveria ser proferido pela natureza. Então pediu-se 1 minuto de silêncio que foi religiosamente respeitado, chegando até nós o cantar alegre de uma pintassilga chamando os filhotes, o vento a sibilar na copa dos chaparros, um murmúrio de criança e tantas outras manifestações que a natureza fez sentir e cada um interpretou como entendeu.

Foi depois cantado o Hino da Codefa; um camponês foi dizer um poema popular; foi lembrada a guerra colonial e dito um poema; uma camponesa foi falar em nome dos trabalhadores reafirmando que convívios como o nosso se deveriam repetir para bem não apenas das pessoas que lá vão mas para reforçar as próprias posições dos trabalhadores.

Fez-se depois uma colecta para deixar uma lembrança à U. C. P. a qual foi depois, pelos trabalhadores, entregue à Direcção da Codefa e que montou a 1300\$00.

Fez-se depois a distribuição do bolo que deu para todos e ainda sobrou e lá fomos cantando para os transportes que 3 horas depois nos deixariam no ponto de partida.

Por aquilo que vivemos; por aquilo que aprendemos; urge continuar rectificando algumas lacunas — a Codefa agradece a todos os colaboradores directos a inestimável colaboração e a todos em geral a compreensão que tiveram quando algo não correu conforme seria seu desejo.

LÊ ASSINA DIVULGA



Flagrante de um dos jogos

TRIBUNAL CÍVICO HUMBERTO DELGADO

CONDENOU A PIDE E O FASCISMO

Reuniu, no passado dia 10 de Junho, na Voz do Operário, em Lisboa, na sua sessão final, o Tribunal Cívico Humberto Delgado.

Este tribunal de opinião pública foi constituído na sequência de um apelo lançado no ano passado por 60 individualidades. De entre este grupo salienta-se a própria filha do general Humberto Delgado.

Realizaram-se já duas sessões do Tribunal Cívico Humberto Delgado e a terceira, e final, realizou-se no dia 10 de Junho para proferir a sentença final.

O júri deste tribunal era constituído por 21 membros escolhidos entre as 60 personalidades que no ano passado lançaram o apelo da constituição do tribunal, tendo como

presidente o dr. Rui Luís Gomes.

O júri deu como provado que a P.I.D.E., braço armado do regime fascista, cometeu de forma sistemática e contínua crimes contra a humanidade e a paz, e ainda crimes de guerra, genocídio contra as liberdades civis e direitos políticos e, em geral, crimes contra os direitos económicos, sociais e culturais do povo português e dos povos sujeitos ao regime colonial.

O júri considerou ainda que o fascismo e a sua política não reprimiram apenas e directamente os democratas e antifascistas mais destacados, prendendo-os e torturando-os, mas atentou também, e sobretudo, contra o carácter e a formação cultural e moral de todo

um povo, que foi a sua vítima principal, através da censura, do obscurantismo e de um clima generalizado e inibidor do medo e da desconfiança.

A leitura da sentença foi concluída com as seguintes palavras, proferidas pelo dr. Rui Luís Gomes: «Este tribunal coloca nas mãos do povo português a execução desta sentença, certo de que ele a saberá assumir com rigor e determinação, libertando, pelas suas próprias mãos, o futuro das gerações vindoras do flagelo do fascismo, que deverá ficar banido, para todo o sempre, da nossa terra».

A A.D.F.A., através da Direcção Central, enviou ao Tribunal Cívico Humberto Delgado, uma mensagem, que foi lida durante esta sessão final de 10 de Junho e foi calo-

rosamente aplaudida, de pé, pelos presentes.

Eis o teor da mensagem enviada pela A.D.F.A.:

A A.D.F.A. tem seguido com o maior interesse o desenrolar dos trabalhos do Tribunal Cívico Humberto Delgado.

A louvável iniciativa de fazer submeter o fascismo a julgamento público reveste-se de grande importância no momento histórico que estamos a viver, sobretudo quando se conjugam esforços no sentido de apresentar o regime der-

rubado em 25 de Abril sem os negros contrários da sua figura de terror.

No rol dos numerosos crimes cometidos pelo fascismo não poderá deixar de constar um lugar especial para a guerra colonial, para esse acto de sacrifício de milhares de vidas inocentes numa guerra que nada dizia ao povo português.

Ao levar milhares de jovens até à morte e a situações de deficiências físicas e mentais graves, numa guerra sem sentido, à margem da vontade popular, o regime de-

posto pelos capitães de Abril, foi autor de um crime e de uma aberração que a história saberá registar, mau grado as tentativas das forças adversas ao progresso e à justiça para tudo apagar com uma esponja.

Os deficientes das Forças Armadas serão sempre um testemunho vivo e uma voz de acusação no tribunal público, em julgamento permanente dos males provocados pelo fascismo, que é a luta diária que o povo português trava por um futuro melhor e mais justo.



MUNDIAL / 78

PARA ALÉM DO FUTEBOL

Milhões de pessoas, calculam-se em mais de um bilião, têm seguido atentamente o maior acontecimento do chamado desporto-rei — o Campeonato do Mundo de Futebol.

Este ano de 1978, coube a um país da América Latina a organização do torneio do desporto-rei, assim chamado, quer pela quantidade enorme de dinheiro que envolve aquela modalidade desportiva, quer pela imensa multidão de adeptos em todo o mundo.

Uma pergunta pertinente nos surge na nossa mente. Desses milhões de pessoas que, nos estádios, ou através do pequeno écran, seguem atentamente o desenrolar dos jogos, terão levado os seus olhos um pouco mais além do rectângulo onde os mesmos se realizam?

A América Latina é um «barril de pólvora». A maior parte dos países que constituem a parte Sul do Continente Americano, são dominados por feroces ditaduras militares. E quando alguma voz se levanta e, juntamente com o Povo, quer mudar de vida, é cruel e sanguinariamente abafada. Lembremo-nos de 1973 no Chile.

Pois a Argentina não é uma «excepção à regra». A pouco mais de seiscentos metros do estádio River Plate, existe uma cadeia repleta, de homens cujo único crime é quererem ser livres, e pretenderem uma vida digna para o Povo.

E assim, enquanto milhares de olhos, desde as bancadas do estádio, seguem sofregamente o caprichoso saltitar da bola, que num constante vai-vem de cabeçadas e pontapés tenta atingir as redes da baliza, e a multidão delirante e ruidosamente se manifesta, os seus gritos de alegria abafam os gritos dos milhares de patriotas que nesse momento estão sujeitos a terríveis torturas.

Com a realização do Mundial/78, a Argentina tenta lavar a cara. A Argentina, subentenda-se a junta militar e seus acólitos que carregam com milhares de presos e «desaparecidos». Aliás, os

«desaparecimentos» de opositores políticos parecem estar muito em voga no continente americano.

Mas apesar de tudo nós perguntamos. Como poderão os membros da junta militar, servindo-se dum desporto que conta com milhões de adeptos, apresentar uma face diferente da verdadeira?

A Argentina com as suas «pampas» é dos países mais ricos em gado e, consequentemente, em leite, carne e couros. Pois a esmagadora maioria dos argentinos não possuem poder de compra suficiente para se alimentarem convenientemente de carne.

Quando começaram a afluir aos países as legiões de fotógrafos, jornalistas, operadores de televisão e demais pessoas encarregadas de assegurar cabalmente a cobertura do maior acontecimento futebolístico, foi-lhes formalmente informado que apenas se poderiam reportar ao desporto e a nada mais.

Porquê?

Caberá aqui recordar que, após o jogo Argentina-Hungria, um cidadão que comemorava a vitória da equipa do seu país foi selvaticamente assassinado pelas «forças da ordem».

Não queremos que julguem sermos contra o futebol. Não! Não é nada disso. O que pretendemos é que os olhos e as mentes vejam mais que os muros dos estádios. E, francamente, não haveria outro país em condições de assegurar um campeonato Mundial de Futebol?

Se não fossem as gravíssimas consequências não deixaria de ser cómica a alucinação de inauguração do Mundial/78.

Porque não foi o general Videla cumprimentar os jogadores?

Seria de suas mãos estarem manchadas de sangue? Ou seria que a maioria dos participantes já tinham, publicamente declarado não apertarem a mão ao ditador.

E se o Chile tivesse apresentado candidatura à realização do Mundial e esta tivesse sido aceite?

Os campos de futebol que depois de Pinochet se transformaram em campos de concentração, tortura e fuzilamento, seriam as atenções dos adeptos da modalidade?

Aconteceria como em Espanha? Onde as praças de touros se transformaram em matadouros humanos, depois da vitória de Franco na guerra

civil, e mais tarde os aficionados aplaudiram e aplaudem as «faenas» que os «diestros» executam na arena ainda empapada de sangue humano?

Mas voltemos à Argentina, aos seus campos de futebol, às suas prisões, à sua selecção e aos seus presos.

No momento em que escrevemos estas linhas ainda não se realizaram os quartos-de-final. Mas passa-nos uma ideia pela cabeça.

E se a Argentina alcançar o almejado troféu? Lá estará o general carrasco que o entregará, a multidão entregar-se-à ao delírio, possivelmente será decretado feriado nacional. E o resto?

O resto será como até aqui. A fome irá continuar, o desemprego, a prisão, a tortura, o «desaparecimento», e os jornais continuarão a escrever crónicas das selecções participantes, as televisões dando-nos imagens de estádios cheios, os direitos do homem violentados.

Enfim a Argentina pós-campeonato será igual à Argentina antes do campeonato.

Desde 24 de Março de 1976 que a junta militar, chefiada pelo general Videla, impôs um regime de terror a todo o povo Argentino.

Pensa-se que a Argentina tem neste momento mais de 12 mil presos políticos sujeitos a toda a espécie de tortura, cerca de oito mil mortos e mais de 10 mil desaparecidos, muitos dos quais foram encontrados a boiar em rios e lagos do país. Não se contando com os milhares de pessoas que foram obrigadas ao exílio.

Esta é a realidade da Argentina, e qualquer jornalista que pense ir mais além do rectângulo será imediatamente expulso do país.

Futebol é futebol e política é política.

Aliás esta era uma das máximas do nosso regime: a política é para os políticos e o futebol é para todos. E assim se alienava o povo português, e assim se vai alienando o povo argentino e a assim se vai tentando alienar a enorme quantidade de pessoas que por esse mundo fora gostam de futebol.

É característica dos regimens fascistas utilizarem a paixão futebolística para servirem os seus criminosos intentos.

Será por esse motivo que coube à Argentina a realização do Mundial/78?